



Ata da 11ª Reunião da Rede PNAFM
26 e 27 de novembro de 2015
Brasília – DF

1º Dia – 26 de novembro de 2015

1. Participantes

Representantes dos municípios de Araçatuba, Biguaçu, Brasília, Campo Grande, Corupá, Florianópolis, Fortaleza, Indaial, Pomerode, Rio de Janeiro e São Paulo, constantes da folha de frequência anexa.

Representantes da UCP/ Ministério da Fazenda: Alexandre Melillo, Amanda Reis, Antônio Carlos Oliveira, Caio Nogueira, Cleide Costa, Josenilson Veras, Luiz Palmeira, Regison Siqueira, Sérgio Martins, Teres Virmond, Vilmar Martini e Wilza Toscano.

Representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID): Ana Lúcia Dezolt, Daniela Rocha, José Barroso Tostes e Lilia Dobbin.

Representantes da Caixa Econômica Federal: Diego Romeiro e Leonardo Carvalho

Representantes do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO): Cláudia Giambastiani, Cleide Moura e Ricardo Giachini.

2. Abertura da reunião e boas vindas

Diego (Caixa Econômica Federal) iniciou sua fala ressaltando a satisfação em participar do COGEP, considerando a importância do Programa PNAFM. Informou que a Caixa está comprometida em ajudar os municípios no que for necessário.

Felipe Asmuz (Biguaçu/SC), Presidente do COGEP, destacou a importância destas reuniões com os municípios. Destacou que o PNAFM contribui significativamente para os municípios, pois propiciou bases para o enfrentamento da crise econômica. A continuidade do programa PNAFM é vital e espera que ele atinja um número maior de municípios.

José Tostes, Especialista Líder em Gestão Fiscal e Municipal do BID, ressaltou a alegria de participar pela primeira vez de uma reunião do COGEP, principalmente pela oportunidade de trabalhar com a Administração Tributária, em nível municipal. Informou que existem muitas medidas para superar a crise, mas a principal é o fortalecimento e modernização das administrações fiscais. Ressaltou o interesse do Banco em continuar com o Programa PNAFM, visando o reequilíbrio das finanças nos três níveis. O compromisso dos municípios deve ser acelerar a execução do Programa, o que traduzirá em melhores resultados para o reestabelecimento do equilíbrio fiscal.

Luiz Alberto Palmeira (Coordenador Geral da UCP/Ministério da Fazenda) destacou a importância da integração dos municípios para o sucesso do Programa PNAFM II e também para a superação do momento de insuficiências financeiras. Pediu aos municípios que demonstrem suas dificuldades e

Ata da 11ª Reunião da Rede PNAFM
26 e 27 de novembro de 2015
Brasília – DF

particularidades, visando a troca de experiência e a solução dos problemas. Agradeceu a participação do Dr. Tostes, principalmente por compartilhar sua experiência nos três níveis do fisco.

3. Cooperação Federativa e Modernização da Gestão Fiscal - José Tostes, Especialista Líder em Gestão Fiscal e Municipal do BID

Apresentou o tema da Cooperação Intergovernamental em Matéria Fiscal, destacando que a cooperação entre os três níveis de governo se tornou fundamental devido ao crescimento da descentralização e da articulação nacional frente à globalização.

Comentou sobre a política fiscal do país, ressaltando que a crise fiscal dificulta o pacto federativo mas apesar disso propicia a criação de soluções inovadoras para o conjunto da federação. Apresentou os potenciais benefícios e obstáculos para a Cooperação Intergovernamental.

Destacou algumas particularidades sobre o Federalismo brasileiro, bem como sobre os desafios dos municípios para o Federalismo, a saber: aumentar receitas próprias, melhor aproveitamento da base patrimônio e assegurar o equilíbrio fiscal sustentável.

A evolução da cooperação poderá ampliar e aumentar a qualidade das ações de coordenação.

Apresentou os principais desafios da Cooperação Intergovernamental no Brasil

- Rever e ampliar os mecanismos de coordenação federativa para evitar superposições de responsabilidades e conflitos, além de gastos desnecessários
- Criar estrutura para analisar distribuição de receitas, transferências, gastos e serviços e propor equalização. Criar um conselho de gestão fiscal.
- Simplificar o sistema tributário
- Retomar a capacidade de planejamento e coordenação federativa
- Fortalecer os fóruns de debates entre os entes governamentais, aumentando o impacto de suas ações e a efetividade dos seus resultados
- Ampliar a transparência e coordenação na discussão das reformas nos diferentes âmbitos

“Não se deve copiar outros modelos, mas estudar as experiências para buscar uma solução adequada às características específicas do Brasil”

Luiz Palmeira ressaltou que é possível praticar um Ajuste Fiscal de forma espontânea.

Foi aberto tempo para perguntas e debate sobre a Cooperação Intergovernamental em Matéria Fiscal.

Ata da 11ª Reunião da Rede PNAFM
26 e 27 de novembro de 2015
Brasília – DF

4. Eleição Presidente COGEP – Representante dos Municípios

Luiz Palmeira (SE/MF) conduziu o processo de eleição do novo presidente do COGEP, representante dos municípios.

A plenária do COGEP elegeu por aclamação a seguinte chapa:

Presidente: Hélio Corrêa, Coordenador Geral do município de Araçatuba/SP.

Vice Presidente: Josimar Caldeira, Coordenador Geral do município de Corupá/SC.

Felipe Asmuz agradeceu a oportunidade de ter participado como Presidente do COGEP, no exercício de 2015. Luiz agradeceu a atuação dele e do Falcão como vice-presidente e pediu que ambos continuem colaborando mesmo não estando na presidência do COGEP.

No nível federal **Luiz Palmeira** apresentou o Sr. **Josenilson Torres Veras**, Coordenador Geral Substituto da COOPE e agora Vice Presidente do COGEP.

5. Missões PNAFM

Luiz Palmeira (SE/MF) falou sobre a dificuldade em realizar as missões nos municípios devido ao corte de recursos. Ele listou as UEM visitadas em 2015: Brasília, São Paulo, Corupá, Pomerode, Mossoró e Balneário Piçarras e informou que as demais serão visitadas no primeiro semestre de 2016. Ressaltou também que o município que estiver precisando de visita institucional é só solicitar à UCP.

6. Potencial de Arrecadação do IPTU

Andres Muñoz, Especialista em Gestão Fiscal e Municipal BID apresentou os resultados de uma pesquisa realizada pelo BID sobre o potencial oculto do Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU.

Ele destacou três principais mensagens:

- Pedra angular da descentralização e da autonomia local
- Potencial de receita grande – o potencial arrecadador pode alcançar 1 ponto adicional do PIB
- A reforma do imposto é possível: basta vontade política e aceitação pública

Dificuldades:

- Cadastro desatualizado e não interativo
- Servidores insuficientes e desqualificados
- Tecnologia obsoleta
- Inexistência de programas de educação fiscal
- Excesso de isenções

Ata da 11ª Reunião da Rede PNAFM
26 e 27 de novembro de 2015
Brasília – DF

Recomendações:

- Definir política de Imposto sobre a Propriedade diferenciada e assimétrica
- Criar órgãos de receita especializados (cadastro / arrecadação)
- Criar incentivos em sistemas de transferências
- Integrar agências de cadastro, receita, registro e serviços públicos
- Prover treinamento e tecnologia para aumentar a capacidade local
- Implementar programas de cultura/educação tributária (para residentes e políticos)

Ideias para combater a impopularidade

- Contato com o cidadão—consultar, educar e comunicar
- Rigor, consistência e transparência—avaliações de qualidade, frequentes e publicadas (Chile)
- Valor venal do imóvel declarado pelo contribuinte (*auto-avaluo ou self-assessment*)
- Isolar da esfera política os aspectos técnicos do imposto
- Simplificar a estrutura—isenções por taxas inferiores
- Diversificar modalidade de pagamento (Irlanda)
- Ligação entre a carga tributária e benefícios—reformas pacote (Bogotá 110%)
- Reconhecer capacidade de pago—créditos tributários, desagravamento fiscal e adiamentos (EUA).

Maiores detalhes sobre o tema estão na apresentação que se encontra no site da UCP.

Debate: Foi aberto tempo para perguntas e debate sobre o IPTU, tendo a Secretária Mara relatado sua experiência sobre o assunto quando trabalhava em São Luis do Maranhão.

Foi sugerida a realização de um Seminário para debater o tema da Dívida Ativa.

7. Portal de Capacitação

Dr. Tostes apresentou um vídeo sobre o Portal de Capacitação do Ministério das Cidades.
<http://www.capacidades.gov.br/>

Este link será colocado no site da UCP.

8. Alinhamento sobre o SEEMP

Alexandre Melillo – UCP apresentou novas funcionalidades do sistema SEEMP, como arquivamento de documentos do projeto (Ofícios, Portarias, etc.). Ele ressaltou que na aba “Plano de Aquisições, toda a documentação ficará arquivada no sistema facilitando a auditoria da compra.

Ata da 11ª Reunião da Rede PNAFM
26 e 27 de novembro de 2015
Brasília – DF

2º Dia – 27 de novembro de 2015

9. Prorrogação do PNAFM II

Luiz Palmeira (UCP/MF) iniciou os trabalhos do 2º dia da reunião falando sobre a prorrogação do PNAFM II. Informou que foi enviado ao BID, o acolhimento do Ministério da Fazenda sobre a Recomendação da COFIEX nº O1/0265, que se refere à prorrogação do prazo de desembolsos do Programa PNAFM, de 29 de dezembro de 2015 para 29 de dezembro de 2017.

Sérgio Martins(UCP/MF) informou que 14 municípios mostraram interesse na ampliação do valor do financiamento. Para fins de análise do Tesouro, o município terá que submeter à SEAIN o pedido da ampliação.

A UCP informará aos municípios sobre a assinatura do Aditivo Contratual do Programa e os municípios deverão **manifestar interesse no prazo de 15 dias** e logo após apresentar o MIP.

No ano de 2016 não haverá reembolso para os novos contratos de subempréimos em razão do processo eleitoral. Depois que o contrato estiver assinado com os municípios, há previsão de 60% de reembolso em 2016 e 40% em 2017.

Foram comentados diversos trâmites para viabilização do pleito dos municípios no Governo Federal e na Caixa Econômica. Diego da Caixa Econômica Federal informou que será utilizado o sistema SADIPEM e que a Caixa será responsável pelo envio da documentação recebida dos municípios ao Tesouro Nacional. Ele também colocou a GEPUB em Brasília à disposição dos municípios. E acrescentou que serão dois contratos distintos, com números diferentes, que correrão paralelamente sendo um o da prorrogação e o outro do valor recebido pela variação cambial.

Alexandre Melillo informou que através do SEEMP enviará um passo-a-passo para todos os municípios que auxiliará a elaboração do novo projeto. Ele recomendou que sejam colocados prazos factíveis para os produtos e aquisições. O projeto 2 (variação cambial) do PNAFM 2 será todo digital.

Falcão solicitou que dentro do SEEMP haja um repositório para arquivamento de processos visando a auditoria. Melillo explicou que o sistema registra todas as revisões e que a documentação referente às aquisições (contratos, faturas, pareceres, solicitações de desembolso, etc) podem ser anexadas ao SEEMP. O sistema não faz a aquisição mas registra o ato administrativo feito pela Prefeitura durante a aquisição.

10. Influência do período eleitoral na gestão do PNAFM

Luiz Palmeira pediu aos municípios que solicitem desembolsos até junho de 2016 devido ao período eleitoral. Ele ainda solicitou que os gestores que forem se afastar durante este período comuniquem a UCP para evitar a descontinuidade do Programa.

E devido às eleições em 2016 serão realizadas apenas duas reuniões do COGEP: maio e novembro. O município de Campo Grande manifestou interesse em sediar a reunião de Maio de 2016. Luiz elogiou a retomada do Programa pelo município.

Ata da 11ª Reunião da Rede PNAFM
26 e 27 de novembro de 2015
Brasília – DF

11. Case municipal: Plano Estratégico de Capacitação dos Servidores Municipais

Felipe Asmuz (Biguaçu/SC) apresentou detalhes sobre o Plano Estratégico de Capacitação dos Servidores Municipais, no âmbito do município de Biguaçu, feita com recursos PNAFM.

Os trabalhos tiveram como objetivo alinhar as capacidades às demandas oriundas da sociedade, melhorando o nível do servidor para que ele preste um melhor serviço ao contribuinte. Também se objetivou facilitar a elaboração dos termos de referência na área de capacitação, valorizar os servidores municipais efetivos e comissionados, iniciar um processo de sensibilização para a nova Governança de RH na Prefeitura.

Formatação do Plano:

- Levantar as necessidades de todas as áreas
- Estabelecer grade de Capacitação por Setor
- Definir prioridades de Capacitação
- Pesquisa de campo (400 entrevistas com a população e 70 com funcionários)
- Entrevistas com Secretários e Gestores Setoriais para definição das necessidades de treinamento

Capacitações já realizadas: licitações e contratos públicos, ata de registro de preços, atendimento direto ao cidadão, termos de referência, código tributário, gestão de projetos, sistemas de CAD para engenheiros e arquitetos, servers para TI.

12. Síntese sobre o Fechamento das Demonstrações Financeiras

Sérgio Martins – UCP informou que 31 de janeiro de 2016 é o prazo final para apresentação das Demonstrações Financeiras. Ele ressaltou que os municípios devem fechar suas demonstrações com visão realista sobre a real situação do projeto e necessidade de possível reprogramação de recursos.

13. Influência da atual situação financeira brasileira sobre os Programas de Modernização Fiscal (Inadimplência municipal PNAFM I)

Luiz Palmeira (UCP) informou que 20% dos municípios da primeira fase do Programa estão inadimplentes em relação à amortização dos recursos financiados. O representante da Caixa Econômica perguntou como agir em relação a essa situação e Luiz orientou que seja executada a garantia dada na contratação do subempréstimo, ou seja, bloqueio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Luiz pediu aos Coordenadores Gerais das UEM que acompanhem de

Ata da 11ª Reunião da Rede PNAFM
26 e 27 de novembro de 2015
Brasília – DF

perto esse assunto pois o pedido judicial de liberação do Fundo atrapalha a aprovação de novo contrato junto ao Tesouro Nacional.

Josenilson Torres Veras (UCP) comentou sobre uma tese de mestrado de uma estudante da USP que analisou a aplicação dos recursos do PMAT e do PNAFM nos municípios. O link da tese será disponibilizado no site da UCP.

Felipe Asmuz sugeriu que seja criada uma matriz de dados com arrecadação da época da assinatura do contrato e a atual, para que seja demonstrado o que evoluiu e o que regrediu. A sugestão é que a matriz seja apresentada em Campo Grande em maio/2016.

14. Definição do local da próxima reunião do COGEP (maio/2016)

Ao encerrar a 11ª Reunião, Luiz elogiou o nível técnico e o envolvimento dos participantes, agradecendo o apoio dado pelo BID.

A próxima reunião do Comitê Gestor será em **maio de 2016** no município de **Campo Grande/MS**.